ALVES REDOL

COORDENAÇÃO
Paula Godinho
e António
Mota Redol

o olhar das ciências sociais

Edições Colibri

FREEMAN, Susan Tax, 1970, *Neighbors: The Social Contract in a Castilian Hamlet*. Chicago: Chicago University Press.

NEVES, José, 2007, "O comunismo mágico-científico de Alves Redol" in *Etnográfica*, Maio de 2007, 11 (1): 91-114. Lisboa: CEAS.

REDOL, Alves, 1952, "Ribatejo" in *Portugal Maravilhoso*, obra publicada sob a direcção literária de João de Barros e artística de Machado da Luz, volume II – Terras e monumentos de Portugal, Lisboa: Edições Universo. pp. 90- 176.

REDOL, Alves, 1965, *Gaibéus*. (6.ª ed.) Mem Martins: Europa América.

REDOL, Alves, 1972, *Fanga*. (8.ª ed.) Mem Martins: Europa América.

REDOL, Alves, 1972, *Avieiros*. (6.ª ed.) Mem Martins: Europa América.

REDOL, Alves, 1975, *Constantino guardador de vacas e de sonhos*. (2.ª ed.) Mem Martins: Europa América.

REDOL, Alves, 2011, *Glória: uma aldeia do Ribatejo: ensaio etnográfico*. (3.ª ed.) Alfragide:Caminho.

O'NEILL, Brian Juan, 1984, Proprietários, lavradores e Jornaleiras. Lisboa: dom Quixote.

RIBEIRO, Orlando, 1945, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Esboço Geográfico. Lisboa: s.d.

SOARES, Micaela, 1984, *A Mudança na cultura rural portuguesa*. Lisboa: ADL.

WOLF, Eric, 1957, "Closed Corporate Peasant Communities in Mesoamerica and Central Java" in Jack Potter, George Foster e May Dias (org.) in Peasant Society: A Reader. Boston: Little, Brown and Companu.

WOLF, Eric, 1966, *Peasants*. New Jersey: Prentice Hall.

FACTORES IDENTITÁRIOS DA CULTURA AVIEIRA

João Monteiro Serrano

Gabinete de Coordenação do projecto da cultura Avieira
Instituto Politécnico de Santarém

Resumo

A cultura, como sedimento de práticas filtradas pela experiência secular, manifesta-se nos Avieiros nos traços que deixaram cunhados em quatro pilares estruturantes – nas casas palafíticas, nos barcos, nas artes de pesca, e na gastronomia.

Neste complexo saber-fazer, a comunidade conseguiu atribuir a cada membro um espaço de afirmação singular, aprendendo em simultâneo a respeitar o espírito do conjunto e desenvolvendo competências para o domínio dos instrumentos, fundamentais na luta pela sobrevivência e na afirmação pelo reconhecimento.

O espírito comunitário prevaleceu, nele se identificando a cultura não só como o domínio técnico sobre a natureza, mas também como o conjunto dos seus elementos caracterizadores, essenciais e inimitáveis.

Neste contexto, a afirmação pessoal evidenciou-se na forma como cada família Avieira se permitiu distinguir e afirmar através das casas palafíticas e dos barcos – pela sua arquitectura e pelas suas cores –, da culinária e dos instrumentos de pesca, de exclusiva produção própria.

A lógica da aplicação das cores pelos Avieiros encerra um significado sociológico que remonta às comunidades piscatórias da Gândara, reproduzidas e adaptadas secularmente em novos contextos, no Tejo e no Sado.

Alves Redol – O olhar das ciências sociais, **Lisboa, Edições Colibri, 2014, pp. 479-502**

O contexto

Pretende este colóquio ser um espaço de meditação, de troca de ideias e de divulgação de estudos nas áreas das ciências sociais e humanas para melhor entendermos Alves Redol nos contextos, nacional e internacional, que se reflectiram nas temáticas dos seus livros e na sua obra mais abrangente. No nosso caso, focaremos a nossa análise na obra *Avieiros* no ambiente em que estes concretizaram o seu processo migratório e nas evidências culturais significativas desta comunidade que lhes permitiram sobreviver e fixar-se definitivamente nas margens dos rios Tejo e Sado. Com isso se pretende dar a conhecer o significado da candidatura da cultura Avieira a património nacional imaterial, na qual se centra este trabalho.

Numa das suas obras maiores, *Avieiros*, o autor reflecte o muito escasso conhecimento na altura existente sobre esta comunidade – tanto nessa época, como ainda na actualidade –, quando nas páginas iniciais do livro admite que nunca ouvira falar de tal gente. A realidade veio a conhecê-la melhor após ter passado uma temporada na aldeia da Palhota, no concelho de Cartaxo, onde conviveu o tempo suficiente com os pescadores, para poder escrever o romance que os retracta de forma tão realista. Constituem uma comunidade discreta, quase escondida nas margens do Tejo por entre os salgueiros, como se quisessem passar despercebidos.

O autor compreendeu-os bem e apresentou-nos, em traços fortes, as principais características do seu comportamento, vistas a partir do interior da própria comunidade. Foi a primeira grande obra sobre este tema até aí escrita – e até hoje –, e foi também o ponto de partida para se ter desenvolvido, a partir do ano de 2005, um movimento cultural e científico para estudar os Avieiros, a partir da ideia de se candidatar a sua cultura a património nacional imaterial.

Esta ideia, aparentemente simples, foi concebida pela AIDIA – Associação Independente para o Desenvolvimento Integrado de Alpiarça – e foi apresentada ao Instituto Politécnico de Santarém para poder ser desenvolvida, na base de um protocolo de colaboração que se veio a celebrar em Junho de 2005. Desde então o projecto desenvolveu-se com base na cooperação entre pessoas e instituições, de tal forma que na actualidade foi reconhecido pela Secretaria de Estado da Cultura, como tendo um suporte consistente para apresentação de um portefólio de candidatura. Foi também reconhecido pela CCDR do Alentejo como tendo estrutura suficiente que justificasse criar um novo destino turístico em Portugal, com base no rio Tejo e na cultura Avieira.

Partindo de uma plataforma simples que envolveu inicialmente as duas instituições referidas, existem hoje 107 entidades ligadas em rede ao projecto de candidatura e à construção do novo destino turístico, de acordo com o Quadro 1.

Quadro 1: Entidades que integram a rede do projecto Avieiro

Tipo de instituições	N.º de instituições	%
Administração Central	8	7,5%
Poder Local		
Câmaras Municipais	16	15,0%
Juntas de Freguesia	7	6,5%
Empresas privadas	13	12,1%
Empresas públicas	1	0,9%
Instituições de Ensino Superior	7	6,5%
Instituições de Ensino Universitário	11	10,4%
Associações Para o Desenvolvimento	18	16,8%
Associações Empresariais	1	0,9%
Outras instituições	25	23,4%
TOTAL	**107**	**100,0%**

Para além deste conjunto de entidades, de todo o País, interessa também registar o número de pessoas que, a título individual, se associaram à iniciativa para concretizarem projectos de estudo e de investigação, de acordo com o Quadro 2.

Quadro 2: Áreas de investigação envolvidas

Áreas de investigação	N.º de pessoas
Casa e Aldeias	9
Barco	10
Artes de Pesca	6
Gastronomia	13
Etnografia	18
Monografias	21
Imagem e comunicação	9
Estudos de natureza diversa	22
TOTAL	**108**

São ao todo 108 pessoas, envolvidas no estudo dos principais temas da candidatura, considerando de igual forma a importância das "monografias", entendendo-se as que somente se referem às aldeias Avieiras. Vejamos a estrutura por áreas de especialização:

Quadro 3: Áreas de especialização envolvidas

Áreas de especialização	Número de pessoas
Sociologia	20
Arquitectura	6
Economia	1
Gestão	2
Geografia	2
Antropologia	3
História	11
Biologia	3
Educação	7
Engenharia	4
Arqueologia	2
Outras especializações	47
TOTAL	**108**

São significativas as áreas da sociologia, da história, da educação e da arquitectura.

A base objectiva, visível, sobre a qual assenta a arquitectura social e cultural dos Avieiros é constituída pelo património que inclui o barco, a casa, as artes de pesca e a gastronomia. São estes os factores que consideramos, em conjunto com a Secretaria de Estado da Cultura e com a CCDR do Alentejo, como fundantes e identitários desta cultura, que são consideradas decisivas para ajudar a caracterizar a complexidade desta cultura e a candidatar a património nacional imaterial.

Há no entanto uma base subjectiva, na qual a comunidade pôde construir um sólido projecto material e cultural, constituída pela família Avieira e, dentro desta, pela mulher – que sempre constituiu a trave que deu solidez ao conjunto. O estudo do papel da mulher Avieira no sucesso da afirmação desta comunidade nos rios Tejo e Sado, ao longo de dois séculos, está a ser objecto de uma tese de mestrado e em breve sê-lo-á

também de uma tese de doutoramento, ambas na área das Ciências da Educação.

As migrações

Optamos por apresentar os principais pilares da cultura Avieira por uma ordem que tem em conta a especificidade deste Fórum agora realizado em Vila Franca de Xira, iniciando a caracterização sucinta do fenómeno migratório dos Avieiros, da Praia de Vieira de Leiria para o Tejo.

Autores como Cravidão (1992) defendem que as migrações ao longo do litoral central Português se realizaram de norte para sul até Vieira de Leiria desde o século XVIII, e antecederam o processo migratório desta praia para o Tejo e para o Sado, esta já na década de cinquenta do século XX.

O primeiro registo que conseguimos identificar como o de um pescador oriundo da Praia de Vieira de Leiria, data de 1833 e foi pontualmente referenciado por Véstia (2012) com base na sua investigação efectuada nos arquivos do Hospital de Jesus Cristo, da Santa Casa da Misericórdia de Santarém. Véstia estudou durante dois anos os arquivos do referido Hospital, tendo construído uma base de dados de 673 entradas de doentes, durante o período de 29 de Outubro de 1858 até 08 de Janeiro de 1968.

Os primeiros dados estudados e catalogados de uma forma organizada pela mesma investigadora, fazem datar de 29-10-1858 o primeiro registo de um doente proveniente da região da Gândara que deu entrada no referido Hospital. Trata-se de João Gonçalves, com a idade de 17 anos, natural de Ílhavo.

Menos de dois meses depois, em 20-12-1858, deu entrada no mesmo hospital Maria do Rozario, natural de Marinha Grande, com a idade de 28 anos. Trata-se do primeiro registo de um imigrante do local de origem dos Avieiros.

Por razões analíticas, definimos para esta sucinta análise o horizonte temporal correspondente à segunda metade do século XIX. Consideramos importante analisar o ocorrido neste período porque nos pode permitir ter em conta um espaço de tempo que até aqui não se tivera em conta pela investigação.

Foi possível estabelecer a relação das entradas no Hospital de Jesus Cristo de Santarém, por região de origem dos doentes, na última metade

do século XIX, no período de 29-10-1858 até 03-12-1899, de acordo com o quadro seguinte:

Quadro 4: doentes, por naturalidades

Naturalidades			
Aveiro	23	10%	29,9%
Figueira da Foz	7	3%	
Ílhavo	23	10%	
Lavos	19	8%	
Leiria	10	4%	43,6%
Marinha Grande	6	2%	
Vieira de Leiria	89	37%	
Vila Nova de Constância	16	7%	26,5%
Outras localizações (22)	48	20%	
TOTAL	**241**	**100%**	**100,0%**
Localidades de proveniência	**30**		

É significativa a origem geográfica dos doentes, com proveniências de 30 localidades diferentes. A região predominante de origem é a do Oeste, nela incluindo Vieira de Leiria, Marinha Grande e Leiria, com 43,6% dos entrantes no Hospital. A segunda região de proveniência é a Gândara, com 29,9%. Por fim os entrantes provenientes de outras localizações são de 26,6% do total. Vieira de Leiria (com 37%), Ílhavo e Aveiro (com 10% cada), são as localidades de proveniência da maioria dos doentes, com destaque para Vieira de Leiria.

A tabela deixa claro um perfil de origem dos doentes entrados no Hospital de Santarém. Devemos ter em conta que, à época, as deslocações eram difíceis, pelo que chegar ao Hospital seria uma acção com implicações na estrutura familiar, dado que os doentes não se deslocavam sozinhos devido à sua condição e à distância a percorrer. É possível admitir por isso a existência, naquelas datas, de uma comunidade piscatória Avieira já relativamente estruturada e sedentarizada na zona da Lezíria do Tejo.

É o que também se pode inferir quadro 5, a seguir apresentado:

Quadro 5: Doentes, por localidade de residência

Localidades de residência			
Ómnias (Santarém)	50	21%	28%
Ribeira de Santarém	17	7%	
Embarcação no Tejo	3	1%	51%
Pontes (Vale de Santarém, Celeiro, Asseca)	10	4%	
Desconhecida	109	45%	
Incerta	2	1%	
Patacão	19	8%	10%
Alpiarça	4	2%	
Azinhaga	6	2%	11%
Benfica do Ribatejo	7	3%	
Muge	2	1%	
Vala de Almeirim	3	1%	
Vale de Figueira	3	1%	
Outras localidades	6	2%	
Total	**241**	**100%**	**100%**

28% dos doentes entrados deu como local de residência a zona de Santarém – Ómnias e Ribeira de Santarém; 10% têm residência declarada em Alpiarça – Patacão e Alpiarça; 11% têm residência em povoados próximos de Santarém (Azinhaga, Benfica do Ribatejo e outras); e 51% referem que o seu local de residência é desconhecido (45%), incerto (1%), em embarcações (1%) e em pontes (4%). No contexto da segunda metade do século XIX, declarar-se a residência como desconhecida podia significar estar-se na presença de pessoas muito pobres, sem condições de ter habitação própria, como se pode induzir pela consulta dos campos de cada ficha "Objectos com que entrou" e "Observações". Por exemplo, em 08-12-1858 deu entrada o doente José Rodrigues, natural de Leiria, e os objectos com que entrou foram: "camisa, calças, colete, jaleca, manta: tudo trapos".

Oliveira (1993) refere que nas épocas dos temporais de inverno, havia deslocações do Liz para o Tejo no decurso dos séculos XIX e XX, estando documentadas outras deslocações no País desde o século XVI.

No entanto, pela primeira vez no estudo das comunidades Avieiras, uma base de dados construída de acordo com padrões científicos permite-nos ter uma visão, embora indirecta, de percursos migratórios por diversos tipos de parâmetros: regiões de origem e destino, condição económica, profissões, antroponímia, tipo de doenças e outras.

Trata-se de um conjunto significativo de opções que ajuda às análises sociológicas, geográficas, económicas, antropológicas, históricas e outras, que vale a pena considerar para a construção do portefólio de candidatura da cultura Avieira a património nacional imaterial.

Uma das opções a considerar é a da análise antroponímica, dada a quantidade significativa de famílias fundantes e ainda preponderantes nas diversas comunidades Avieiras ao longo do Tejo e do Sado. O investigador Hermínio Nunes (Nunes, 2009) no trabalho que está a desenvolver nesta área, considera a importância da pesquisa sobre as origens dos pescadores de Vieira de Leiria e daí, dos pescadores Avieiros do Tejo. Para ele, é necessário determinar *ab anteriori* as raízes dos pescadores da Vieira, porque permitirá ter bases para melhor definir as raízes da própria comunidade Avieira, dado que existem discrepâncias entre o que os registos paroquiais nos transmitem no decurso da investigação e as tradições orais que nos dão conta da pretensa ascendência Ílhava dos pescadores da Praia de Vieira de Leiria e, logo, dos próprios Avieiros.

Para Hermínio Nunes, numa proposta de investigação que fez chegar por escrito ao projecto, trata-se de defender a investigação e a verdade histórica, razões pelas quais se dedicou "à tarefa de iniciar uma investigação sistemática de todos os assentos paroquiais da nossa costa atlântica entre Ílhavo e Vieira de Leiria, com vista a determinar quem é quem, no mundo dos pescadores das Artes e sua ligação às comunidades Avieiras, investigação com cotas cronológicas entre os meados do século XVIII e primeiros anos do século XX".

Também a este propósito, o mesmo investigador dá conta ao projecto das suas dúvidas em relação às origens dos nomes e apelidos, concluindo pela necessidade de aprofundar a investigação nesta área. Refere ainda que "uma fatia alargada dos indivíduos que ali surgem registados e declarados como naturais da Vieira de Leiria, na realidade não constam dos livros desta freguesia, o que sugere podermos estar perante indivíduos que declaravam a sua naturalidade por simpatia, por tradição, por serem da gente d'Avieira, mas cujas naturalidades teremos de procurar noutros destinos da investigação".

A este respeito, vale a pena ainda e de novo ter em conta a base de dados referida, da qual se pôde extrair o quadro seguinte, de onde pudemos apresentar alguns nomes ainda hoje comuns nas comunidades do Tejo e do Sado:

Quadro 6: Nomes dos doentes

Nomes (1858 a 1899)	
Localidade	**Nome**
Vieira de Leiria	Capeta, Charana, Charanga, Cosme, Grácio, Jerónima, Lameira, Lobo, Lourenço, Mendes, Petinga, Toito, Tomás, Tomé, Vicente
Ílhavo	Carriço, Fernandes, Lourenço, Mano, Peixe
Lavos	Moreira, Mosquito, Palhaes

Em 04 de Outubro de 1881, deu entrada no Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Santarém o pescador Manuel Sebastião, natural de Vieira de Leiria, casado com Maria Cosme e filho de Manuel Sebastião e de Clara Guerra. Trata-se do primeiro registo escrito de que temos conhecimento que confirma a presença dos *Guerras* e dos *Cosmes* no "Tejo Avieiro".

O apelido Guerra pertence ainda hoje a uma das famílias Avieiras proeminentes, de tal forma que o vamos encontrar em Muge e no Escaroupim. Presentemente os Guerras também se fixaram em Newark, no estado de Nova Jérsia, nos Estados Unidos da América, onde fundaram o rancho de pescadores Avieiros de Newark.

Em 29 de Agosto de1884 Manuel Lobo, natural de Vieira de Leiria, filho de Luiz Lobo de Sousa e de Clara Miranda, deu entrada no Hospital da Santa Casa de Santarém. Os *Lobos*, naturais de Vieira de Leiria, são os mesmos que o escritor António Vitorino (2005, 295) refere num dos seus contos, ao escrever – referindo-se aos pescadores da Arte, no mar da Vieira – que o "barco do João Lôbo já deita a rede a menos de sessenta, e mais meteu corda por banda" (…)

Os *Lobos* estão hoje em todo o *Tejo dos Avieiros*. Os mesmos que, por exemplo no Porto da Palha, continuam ainda no presente a exercer a sua profissão de pescadores profissionais. João Lobo e o seu filho pescam diariamente naquela aldeia Avieira do Tejo e têm tido sucesso não só

com as capturas, mas também com uma actividade que vão organizando, a da gastronomia, de onde sobressaem pratos exclusivos daquele assentamento, como a lampreia assada com arroz de sável.

O barco Avieiro

No início do projecto de candidatura, definiu-se e acertou-se com a Secretaria de Estado da Cultura quais seriam as âncoras para basear a candidatura a património nacional.

O barco Avieiro é uma das decisivas, dado ser o centro da actividade económica e a razão de ser da existência e sobrevivência de toda a comunidade Avieira. As primeiras embarcações de pesca fluvial estabelecidas no Tejo foram os saveiros dos pescadores de Ílhavo, trazidos para o estuário. De Carvalho (2011) refere-o: "pescadores, principalmente os de Ílhavo, viajaram ao longo do nosso litoral, onde estabeleceram colónias, de preferência em estuários".

Foto 1: Barco Ílhavo. Foto S/D. Autor desconhecido.

No início do seu processo de sedentarização o barco foi simultaneamente a casa das famílias Avieiras. Aproveitando a sua estrutura, à qual adaptavam um toldo, ou *tolde*, era possível ao pescador e à sua família ter condições para aí passar as noites. Tal facto justificava-se por duas razões: a primeira decorria da prática de pesca errante, para poderem pescar onde estava o peixe, o que os levava a percorrer o Tejo, a remos e à vela, para encontrar os melhores sítios para pescar; a segunda é consequência da sua fragilidade financeira, que não lhes permitia comprar madeira e outros componentes para construir uma casa.

Foto 2: Barcos-casa, com toldos armados, na margem do Tejo, em Póvoa de Santa Iria. Foto S/D. Autoria: Maria Micaela Soares

Dormir no barco passou a ser uma prática normal para as famílias Avieiras dos primórdios da actividade de pesca no Tejo e no decurso do processo de sedentarização. Tão importante era considerado para a sobrevivência familiar que pelo menos o noivo o trazia como dote.

Esta embarcação foi construída com as mesmas técnicas aplicadas no Liz, e também comuns nas Rias de Portugal, especialmente na de Aveiro. Os Avieiros já transportavam consigo o saber-fazer próprio de quem tinha aprendido a viver entregue a si próprio. Não lhes foi difícil construir e reconstruir as suas embarcações de uma forma adaptada aos novos ambientes aquáticos que foram encontrando no Tejo.

No Grande Estuário era apropriado ter um barco de uma dimensão maior, propício para enfrentar a ondulação por vezes muito forte do maior espelho de água da Europa. Foi construído à semelhança dos saveiros ílhavos, com duas bicas, semelhante aos meias-luas do Atlântico. Na Póvoa de Santa Iria e no Esteiro do Nogueira, ambos assentamentos Avieiros de Vila Franca de Xira, eram – e são – assim construídos e chamados de saveiros, de acordo com igual designação ílhava e podiam, como podem ainda hoje, atingir 9 metros de comprimento.

À medida que se inflecte para montante do grande rio, o barco Avieiro começa a ser desenhado e construído com novas dimensões, para

responder a novas condições do meio-ambiente e a novas funcionalidades. Entre a ponte de Vila Franca de Xira e a ponte de Chamusca, na zona da Lezíria, o Tejo é mais estreito e surgem os rios afluentes, as valas, as valinhas e os malagueiros. Aí o barco adapta-se para a pesca das espécies próprias ali existentes – o pimpão, o bordalo, a boga, a enguia, a carpa, o barbo –, e para o maneio em espaços apertados. Essa adaptação traduz-se pelo aparecimento da bateira com 7 metros, da caçadeira com 4 metros, do caçarico com 2,70 metros, da *bateira de Chamusca* com 5,5 metros, do Azinhagueiro com 6 metros – da zona da Azinhaga, na Golegã –, da *bateira da Barquinha* com 5,5 metros, e do barco ou canoa de Constância com 5,5 metros.

Em Alcácer do Sal, novas adaptações são feitas pelos Avieiros do Sado, aparecendo o "saveiro de Alcácer com 9 metros, a bateira de entre 6 a 7 metros, e a caçadeira de 4 metros, com tipologias próprias resultantes de adaptações ao meio ambiente daquele rio, e com a particularidade de as proas, de charrela, serem rebaixadas por razões funcionais" (Serrano, 2012).

O estudo sobre o barco está em curso, sob responsabilidade do Arquitecto Fernando Simões Dias, especialista em arquitectura naval da Gândara, o que permitiu até à data a inventariação, a classificação e a miniaturização rigorosa à escala de 1/10 de todas as 11 diferentes embarcações descritas.

Se na Praia de Vieira de Leiria a pesca é uma actividade exclusivamente masculina, no Tejo é uma prática familiar, realizada pelo casal. A mulher assumiu no rio o papel que no mar lhe foi interdito. Para além de dote de casamento e de instrumento de pesca fundamental e de *casa para dormir*, o barco passou a ser também cozinha, berçário e creche para os filhos do casal que os acompanhavam em permanência, casa nupcial, oficina, cozinha, meio de transporte, sítio para lavar e estender a roupa da família, local de concepção dos filhos e até leito de morte, como tão dramaticamente o retracta Redol (2011), em *Avieiros*.

O barco passou a ser identificado com o próprio trajecto de vida dos pescadores e das suas famílias, de tal forma que alguns o fizeram esculpir nas suas lápidas funerárias, como hoje se podem encontrar nos cemitérios de Alpiarça (foto 3) e de Vale de Figueira.

A sua decoração passou a ser objecto de atenção por parte da família, especialmente pela mulher. Se nos primórdios os cuidados elementares de conservação se focavam na reparação regular do tabuado e na aplicação da estopa e do breu necessários para evitar infiltrações de água e garantir a durabilidade dos materiais, com a evolução progressiva da vida familiar e o acesso a rendimentos provenientes da actividade complementar no campo, foi possível aos pescadores começar a ostentar um novo estatuto na comunidade, através da aplicação da cor nas suas embarcações. O procedimento continua válido no presente.

Foto 3: Placa mortuária de José Fernandes, no cemitério de Alpiarça

As cores, quase sempre quentes, são aplicadas criteriosamente no exterior e no interior da embarcação: – no exterior ajudam a identificar o proprietário, associam-no a idêntica cor com que pinta o exterior da sua casa de madeira, e ajudam-no a ligar o tipo de cor a um determinado estatuto; no interior, contribuem para diferenciar os diferentes compartimentos da embarcação – cores diferentes são aplicadas para assinalar o espaço do quarto, à proa, o espaço da cozinha, junto da trave emparadeira ao meio do barco, e o espaço da oficina, à ré, onde o homem conserta as redes e maneja o barco com a vara.

Em Alcácer do Sal, quando entrevistámos o *Ti Jaquim* "Pedreiro" Letra, verificámos que a sua bateira (foto 4) – que entretanto vendeu ao projecto para ser musealizada – ostentava sete cores diferentes, muito garridas no exterior e discretas no interior. Perguntámos-lhe o significado daquelas cores e foi claro na resposta: – no exterior foi necessário aplicar cores fortes para que o barco se pudesse reconhecer

Foto 4: Bateira de Alcácer, de Joaquim "Pedreiro" Letra, na altura em que foi adquirida para o projecto pela AIDIA, para restauro, o que já ocorreu.

mesmo a grandes distâncias, deixando subentendido que o seu próprio gosto influenciou a escolha. No entanto, em relação à decisão para a escolha das cores aplicadas no interior, deixou-a à camarada – "foi a patroa que decidiu"…

Fomos encontrar manifestações idênticas em Escaroupim, Caneiras e Porto da Palha. Em Caneiras, o mestre Vítor Tomás confirmou que a aplicação das cores seguia os mesmos princípios que aqueles que nos foram transmitidos em Alcácer do Sal. Vítor Tomás e Joaquim Letra sabiam da existência um do outro, porque são parentes afastados – os Avieiros são todos aparentados – mas nunca tinham falado sobre este ou outros assuntos. No Porto da Palha, os mestres João Lobo e Tiago Cristina confirmaram os mesmos princípios para a aplicação das cores, tomando como exemplo a bateira de um deles – a *Deus te pague*.

O estudo e a caracterização do barco Avieiro revelam-se, pelo conjunto de razões sintetizadas, como importantes contributos para a candidatura da cultura Avieira, exigindo investigações aprofundadas sobre as características descritas, dentre outras: – a arquitectura, a funcionalidade, a cor, os significados antropológico e simbólico, e até o religioso…

As artes de pesca

Iniciado o percurso migratório em busca das condições de subsistência e de vida que o mar da Praia de Vieira de Leiria lhes negava nos agrestes meses de Inverno, procuraram no Tejo – o *jardim de peixe*, como lhe chamavam – novas fontes de alimento e de rendimento. A captura do sável foi a razão principal, dado que era e é no Inverno que este peixe migrador sobe o Tejo para desovar, proveniente do Atlântico.

Inicialmente trabalharam em companhas que poderiam ir até 100 homens, utilizando as mesmas técnicas e o mesmo tipo de arte do litoral – a rede varina. Há registos de fartas capturas. Avieiros ainda vivos, como os da família Petinga – na Azinhaga, Golegã – ou os da família Branha – no Patacão, em Alpiarça – recordam-se de capturas de mais de 200 sáveis num só lance, com a rede varina. A revista Ilustração Portugueza de 1916 dá conta de fartas capturas na zona do Tejo entre a Póvoa de Santa Iria e a Vala de Azambuja. Esse sável era todo enviado para Lisboa, nos *barcos de enviada*, sendo aí vendido nos mercados a "vintém cada um". Só em 1912 se calcula que tenham sido enviados para Lisboa para venda cerca de 90.000 sáveis.

Foto 5: Barco de enviada.

Fonte: http://www.dorna.biz/pt/articles/enviadas/enviada-do-seixal-rio-tejo-

É característica a forma como as artes evoluíram para as adaptar às condições do meio ambiente, a partir dos modelos para aqui trazidos e já utilizados nas rias nacionais e no rio Liz.

Se a pesca no mar da Praia de Vieira de Leiria era dedicada à sardinha, com o envolvimento de técnicas tradicionais de cerco e de arrasto para terra – a Arte – a rede que aí utilizavam era a apropriada para aquelas condições marítimas. No entanto foi esse tipo de rede e essa técnica que foram utilizadas no Tejo pelos pescadores das companhas do sável.

Foto 6: Lance no Tejo com a rede varina (cerca de 1942).
In: http://antonioanicetomonteiro.blogspot.pt/2011_04_01_archive.html

Sobre as artes que utilizaram, desde a sua chegada ao Tejo até aos nossos dias distinguem-se as de rede, de armadilha e de anzol.

Dentre os aparelhos de rede, os mais utilizados, referem-se os de emalhar, como o tresmalho; os tapa-esteiros e as redes envolventes, nas quais se incluem a varina, a tarrafa, o arrasto de vara, a camaroeira e as armadilhas.

Distinguem-se também os tresmalhos, com malhagem entre 25 e 70 milímetros; os Sabugalhos, ou sabogares, com malhagem de 85 milímetros; os estrumalhos com uma malhagem inferior; as savaras, com malhas de 85 milímetros; as branquearas, ou branqueiras, com malhagem de 55 milímetros; e as robaleiras, com malhagem de 55 milímetros. Existem ainda as redes de arrasto, ou arrastões, e a rede camaroeira (Bento, 1987).

As armadilhas são subdivididas em armadilhas rígidas e não rígidas. As armadilhas para a pesca da enguia são desmontáveis, têm uma forma cónica, e são designadas de galricho e de nassa ou narsa. Em Alcácer do Sal usam-se os xalavar ou camaroeiro, para o caranguejo e o búzio.

Dentre os aparelhos de anzol, os avieiros utilizam espinhéis com cerca de duzentos anzóis para a camarinha e a tainha.

O estudo das artes de pesca dos Avieiros constitui um desafio sério dado tratar-se de um trabalho complexo devido à enorme diversidade de artes e à extensão territorial envolvida, abrangendo o Tejo desde o estuário até Abrantes, e a foz do rio Sado, em especial junto a Alcácer do Sal. No entanto, o estudo e a caracterização destas artes permitirão aferir das espécies capturadas, das técnicas adaptadas e do tipo de gastronomia que em cada assentamento é elaborada.

A gastronomia

Tal como não há dois barcos iguais, tendo cada Avieiro empenhado a sua mestria na construção de cada embarcação, também as artes de pesca são adaptadas pelos pescadores a cada tipo de ecossistema.

O mesmo se verifica nos pratos da rica culinária Avieira e nas suas casas palafitas.

Os trabalhos de campo que actualmente decorrem, permitiram constituir uma equipa pluridisciplinar que tem objectivos claros, sendo um dos mais relevantes editar o Atlas Gastronómico dos Avieiros. A coordenação deste trabalho está assegurado pelo Prof. Doutor Henrique Souto, da Universidade Nova de Lisboa. Considera-se, numa proposta de trabalho passo-a-passo, apresentada e aceite pelo projecto, que o receituário culinário deverá ser constituído por receitas do **dia-a-dia** em **casa** e no **barco**. As receitas devem ter um titulo, identificação dos ingredientes e se possível as quantidades e modo de preparação. Poderá ainda referir-se o tempo de preparação e confecção e número de pessoas para o qual é preparado. Também deverá referir-se se é confeccionado a carvão, lenha sobre a terra, com gás, ou outra, e se existe alguma técnica de conservação do alimento antes e após ser cozinhado. Deve-se ainda reportar evoluções na forma de confecção, como uso de ingredientes diferentes no passado e actualmente.

Com base no levantamento de campo das receitas Avieiras nas diversas zonas será efectuado o levantamento das características nutricionais antes e depois de cozinhado, tendo em conta o modo de preparação e analisada a distribuição de padrões alimentares mais ou menos equilibrados nas várias zonas Avieiras do Tejo e Sado ao longo dos tempos.

Foto7: Porto da Palha
– preparação do pescado para o prato de lampreia assada com arroz de sável

São inúmeras as receitas recolhidas até agora, de que se dão como exemplos: bucho à Avieiro, jardineira de polvo, *molhatada* de peixe, fataça na telha, arroz de sável com ovas de sável, lampreia assada com arroz de lampreia, enguias fritas, enguias de escabeche, enguias de fricassé, caldeirada, sopa de sável, sável assado na brasa, sopa de linguados, linguados de fricassé, e caldeirada de enguias, dentre outras.

Num momento de fortes tendências para a normalização e para a padronização de hábitos de vida e de consumo, faz sentido optar-se por uma via de afirmação que privilegie o que de bom e de diferente nós temos nas nossas culturas. A gastronomia dos pescadores do Tejo, baseada nos produtos que a terra e o rio dão, configura uma aproximação a um padrão de atitudes que tem em conta as nossas tradições e os nossos usos e costumes, valorizando-os e adaptando-os, para que as pessoas passem a conhecer esta complexa e muito atractiva tradição culinária.

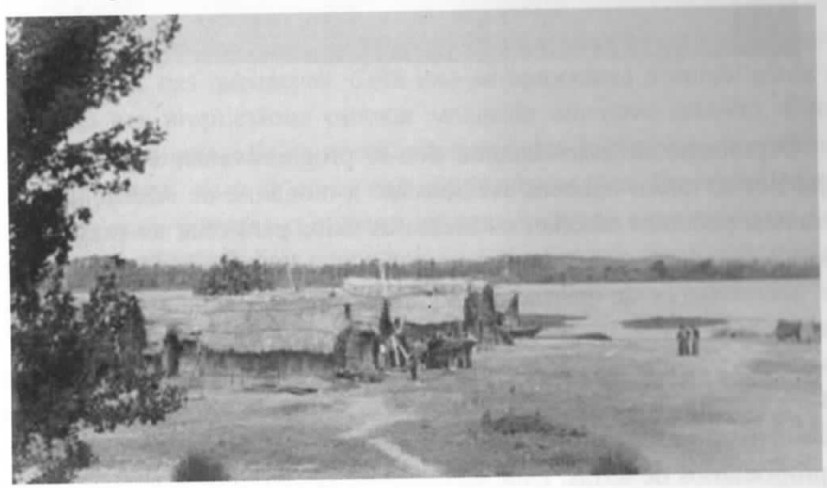
A casa palafítica

As difíceis condições do meio ambiente aqui encontradas nas margens do Tejo, eram suportáveis quando comparadas com as do rude mar da Praia de Vieira de Leiria. Esta certeza foi-nos transmitida por pescadores Avieiros mais velhos, que entretanto regressaram à sua terra natal,

tendo sido por nós entrevistados na Praia de Vieira no ano de 2007, quando o projecto dava os primeiros passos no campo da investigação.

A sua luta pela subsistência e a forma como foram conseguindo vencê-la, criaram as condições ao longo de décadas, para substituir os percursos migratórios entre a Praia e o Tejo pela sedentarização definitiva. Embora não saibamos ainda qual foi o período de tempo em que ocorreu essa fixação definitiva, sabemos que o iniciaram dormindo primeiro nos seus barcos, como se fossem casas, e posteriormente em casas de materiais muito perecíveis, como canas, tal como ocorreu em Chamusca e perto de Vila Franca de Xira, como as fotos abaixo revelam (fotos 8 e 9).

Foto 8: Casas Avieiras em caniço, nas margens do Tejo,
a montante de Vila Franca, cerca de 1940.
In: http://antonioanicetomonteiro.blogspot.pt/2011_04_01_archive.html



Só numa fase avançada do processo de sedentarização conseguiram madeira para construir as suas habitações. Foram edificadas pelos próprios nas margens do Tejo e assentes em palafitas.

As técnicas aplicadas eram as mesmas com que os seus antepassados construíram os Palheiros nos areais da Gândara, casas de madeira assentes em estacarias para evitar que o vento transportasse as areias e formasse dunas que pudessem cobrir as casas. À beira-Tejo as palafitas serviram para evitar as inundações – aqui lhes chamavam barracas ou palhotas, mantendo a mesma matriz arquitectónica da região da Gândara.

Foto 9: Casas Avieiras em caniço. Cheias no Mouchão de São Braz – Chamusca. S/D, (Foto Cabaço). Arquivo da Câmara Municipal de Chamusca.

O processo de assentamento deu-se progressivamente ao longo do Tejo. Por se terem também estabelecido a montante de Azambuja e até Abrantes, puderam escolher os melhores sítios para criar as suas aldeias piscatórias, por norma junto de povoados que lhes facilitassem o acesso aos compradores do pescado, e onde ao mesmo tempo se pudessem abastecer. O processo de colonização das margens do Tejo foi lento e progressivo, tendo que suportar a animosidade dos agricultores, camponeses e mesmo de operários agrícolas. Foram sendo tolerados e autorizados a construir as suas casas em zonas de praticamente nula validade para os proprietários de terras. Estabeleceram-se em terrenos marginais, quase sempre pertencentes ao domínio hídrico do Estado, ou a grades proprietários de terras.

Assim se formaram os diversos Portos de assentamento, ainda hoje subsistindo alguns: – o Porto da Palha – na Azambuja –, o Porto da Palhota – em Valada/Cartaxo –, o Porto de Escaroupim – em Salvaterra de Magos –, o Porto de Caneiras, ou ainda o Porto do Patacão, em Alpiarça. O tempo e os costumes encarregaram-se de suprimir a designação de "Porto" passando a ostentar designações simplificadas, de Palhota, Escaroupim, Caneiras e Patacão. O Porto da Palha tem mantido junto dos pescadores o seu primitivo nome – houve tentativas por parte dos proprietários da quinta do Lezirão, em Azambuja, para identificar o Porto da Palha com o nome da

quinta. No entanto a comunidade piscatória não aceita a mudança de nome, tendo por mais de uma vez manifestado junto do presidente da Câmara Municipal de Azambuja, Dr. Ramos, essa vontade, não tendo sido atendidos. As diligências prosseguem até que a toponímica refira de novo o nome original do assentamento – Porto da Palha –, dado ter sido dali que, no passado, era embarcada palha para abastecer os equinos de Lisboa. O Porto das Mulheres desapareceu na Chamusca, havendo no lugar um painel de azulejos mandado ali colocar pela Câmara local.

Estas particularidades são reforçadas pela decoração exterior das casas palafíticas, exemplares únicos da arquitectura vernacular portuguesa. Pela pesquisa desenvolvida, foi possível determinar que as casas de madeira eram pintadas no exterior com um líquido anticorrosivo, para evitar o rápido desgaste dos materiais devido à humidade do Tejo. Com o decorrer dos anos e com alguns rendimentos entretanto melhorados, foi possível adquirir novos materiais, principalmente tintas, para pintar os exteriores e os interiores das habitações. Com isso se aumentava a durabilidade e se permitia aos proprietários ostentar sinais de um novo estatuto, fazendo muitas vezes coincidir as cores exteriores das habitações, normalmente muito intensas, com as cores das suas embarcações. Em simultâneo, as divisões eram pintadas com cores diferentes das do exterior de tal forma que, em diversas palafitas, ainda hoje se podem contar cinco, seis e nalguns casos sete cores diferentes, como ainda se testemunha no Patacão.

Confirmámos junto de pescadores Avieiros que a decisão da escolha da cor para o exterior da habitação pertence ao homem e que a escolha para os interiores pertence à mulher. Sobre as cores dos interiores das palafitas disseram-nos que "isso é lá com a patroa, ela é que sabe!" (fotos 12 e 13).

Fotos 12 e 13: Casas palafíticas Avieiras, em Palhota (Cartaxo) e em Porto da Palha (Azambuja)

Há um significado para a aplicação de cores tão variadas? Existe uma gramática que possa explicar o que estas mensagens querem transmitir aos nossos sentidos? Haverá outras aldeias palafíticas fluviais em Portugal ou na Europa onde possamos captar com esta intensidade as mensagens que estas cores nos estão constantemente a enviar?

Na Praia de Mira, alguns dos antigos palheiros ostentavam cores fortes *bordeaux*, para identificar os proprietários ricos da aldeia – mas os palheiros foram todos substituídos por betão. Onde se poderia falar de um património universal, se tivesse havido o bom senso de preservar os mais de trezentos palheiros edificados, há hoje um amontoado de casas de cimento totalmente despersonificadas, sem qualquer critério visível de bom gosto ou de traços identitários. Dos trezentos palheiros existentes em Mira, há hoje somente três.

Será que se quer esse futuro para as aldeias Avieiras? Ou, pelo contrário, se entende que as cores nos querem dizer: *atenção, olhem para nós com olhos de ver, repousem o olhar, abrandem o vosso ritmo de vida e ponham de lado os preconceitos – o que está perante vós é uma parte visível de um corpo cultural, com estas formas funcionais e este colorido, porque nada aqui foi feito espontaneamente, mas por um desejo profundo de corresponder ao que os nossos ancestrais nos legaram. Parem para entender que nos devem preservar e acarinhar, porque fazemos parte de um património multifacetado que, sem nós, perde uma parte importante do seu significado*.

A identidade da cultura Avieira afirma-se pela diversidade das suas manifestações e pela complexidade e coerência intrínseca da sua paleta pictórica. Compreender e caracterizar este fenómeno cultural único na Europa, obriga-nos a um esforço pelo menos idêntico ao que os Avieiros fizeram para aprender a dominar os seus instrumentos, com que lograram ser auto-suficientes, "sozinhos com Deus e o mundo" (Marques, 2012), e a triunfar na luta pelo reconhecimento. Esforço que arquitectos como Bahamón e Alvaréz (2009), tão conceituados no estudo da arquitectura vernácula mundial, não foram capazes de fazer por total desconhecimento da cultura Avieira. Basta ler o seu estudo sobre as palafitas em todo o mundo, para se perceber a enorme e imperdoável lacuna que na sua obra existe por não terem dedicado um parágrafo sequer à cultura palafítica Avieira, a única cultura palafítica fluvial europeia e uma das mais relevantes a nível mundial.

Que não nos falte humildade para reconhecer que a velha querela académica *das culturas menores e da cultura maior* só é velha porque foi

ultrapassada pela própria realidade, isto é, porque uma cultura tem a dimensão que lhe é dada pela universalidade dos valores que expressa e não pelos juízos apertados de observadores *distraídos*, ou sequer pelo número estatístico de pessoas nela envolvidas. E a cultura Avieira tem todos os valores que a humanidade criou para se estabelecer em todo o mundo como uma vencedora da luta pela afirmação, através do domínio de instrumentos, sendo-se humilde o suficiente para perceber que a linha que separa a vitória do fracasso é muito ténue. Basta não se estar atento aos sinais externos – os do mundo real que nos rodeia –, para que essa linha se possa facilmente quebrar, porque nada pode ser dado por adquirido.

Por outras palavras, urge demonstrar e dar a conhecer que a cultura Avieira, tão esquecida e marginalizada até hoje – porque considerada com um estatuto de menoridade –, mais não é do que um fenómeno sociológico com traços de universalidade, que aguarda pelo reconhecimento daqueles que até aqui não a têm querido, ou sabido, ver e reconhecer.

Referências:

BAHAMÓN, Alejandro & ÁLVAREZ, Ana (2009). *Palafita. Da Arquitectura Vernácula à Contemporânea.* Lisboa: Argumentum – Edições, Estudos e Realizações.

BENTO, Carlos Lopes (1987). "As Tecnologias Tradicionais de Pesca em Portugal. O Caso Concreto das Comunidades Piscatórias do Avieiros dos rios Tejo e Sado". *Que Tejo, que Futuro?*. Associação dos Amigos do Tejo, 1987, pp. 153-165, Vol. II.

CRAVIDÃO, Fernanda (1992). "Ficção, Espaço e Sociedade. Notas para uma leitura geográfica e social da obra de Alves Redol – Avieiros". *Cadernos de Geografia*, 1992, N.º 11, pp. 37-47.

BRITO, Raquel Soeiro de (2009). *Palheiros de Mira*. Praia de Mira: CEMAR – Centro de Estudos do Mar e das Navegações Luís de Albuquerque. [Reedição fac-similada].

CARVALHO, Carlos Mateus de (2011). "Sobre algumas embarcações que navegavam na laguna de Aveiro, e não só..." *Celebrações do Dia Nacional do Mar*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.

FONSECA, Senos da (2011). *Embarcações que Tiveram Berço na Laguna. Arquitectura Naval Lagunar*. Porto: Papiro Editora.

HABERMAS, Jürgen. (2001). *Técnica e Ciência como Ideologia*. Lisboa: Edições 70.

ILUSTRAÇÃO PORTUGUEZA. (1916). II Série, n.º 519, pp. 150-160. Lisboa. Edição: Jornal *O Século*.

LOPES, Aurélio & SERRANO, João Monteiro. (2009). *A Reconstrução do Sagrado. Religião Popular nos Avieiros da Borda-d'Água.* Lisboa: Âncora Editora.

MARQUES, Alfredo Pinheiro (2012). "Crónicas da Gândara". In: *Folhas Informativas 2012* do projecto Avieiro. Santarém: Instituto Politécnico de Santarém.

NUNES, Hermínio. (2009). "Os pescadores da Praia de Mira e os pescadores da Praia da Vieira (Raízes e Relações)". In: Soares, Maria Micaela [Coord.]. *Boletim Cultural*. N.º 95, IV Série, 2.º T., pp. 155-165. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, 2009.

OLIVEIRA, António (1993). "Migrações internas e de média distância em Portugal de 1500 a 1900". *I Conferencia Europea de la Comisión Internacional de Demografía Historica. Pré-actas.* 1993. Santiago de Compostela: pp. 1-25 e Vol. III, Pp. 85-120.

REDOL, Alves. (2011). *Avieiros* (12.ª Edição). Lisboa: Editorial Caminho.

SERRANO, João Monteiro. (2012). "A afirmação nacional da cultura Avieira. A bateira como factor identitário". In: Soares, Maria Micaela [Coord.]. *Boletim Cultural*. N.º 92, pp. 89-104. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa.

VÉSTIA, Maria de Lurdes (2012). *Avieiros, Dores e Maleitas*. Lisboa: Âncora Editora.

VITORINO, António (2005). *Colectânea de Contos*. Vieira de Leiria: Biblioteca de Instrução Popular.

"ELES NÃO SABEM O CUSTO DA GALÉ"

CULTURA POPULAR, ETNOGRAFIA E RESISTÊNCIA NA OBRA DE ALVES REDOL

Paula Godinho

IHC/FCSH-UNL

Voltaire comprometera-se a escrever uma história com *gente comum*, mas haveria de desesperar, vendo-a evocada exclusivamente por delitos, desatinos ou desgraças: "*Nos últimos 1400 anos, os únicos habitantes da Gália parecem ter sido reis, ministros e generais*". Demoraria ainda muito para que as classes subalternas entrassem na História, sem a exotização conferida pelo olhar das classes dominantes que a escreviam, e que descreviam a sociedade. A cultura popular de matriz rural viria a tornar-se objecto de interesse, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, porque o seu perigo foi eliminado, ao contrário do que sucedia com as camadas do proletariado urbano. Numa reflexão acutilante sobre as condições sociais, políticas e ideológicas, que tornam o «popular» um objecto de curiosidade científica ao longo do séc. XIX, Michel de Certeau argumenta que a reputação do «popular» entre as elites cultas oitocentistas resulta do diagnóstico que o dá como «em vias de extinção», inofensivo, em ruína, moribundo. O seu artigo chama-se, significativamente, «A beleza do morto» (de Certeau, 1990). À visibilidade do popular não são indiferentes propósitos moralistas, que incluem a censura, o policiamento e a depuração. Inofensiva e desenraizada do contexto da sua produção – o *povo* – a *cultura popular* virá a adquirir conotações simbólicas que a associam à pureza, à origem, ao primitivo, à infantilidade, à ingenuidade, ao natural, convertendo-se em matéria-prima por excelência

***Alves Redol – O olhar das ciências sociais*, Lisboa, Edições Colibri, 2014, pp. 503-517.**

ALVES REDOL

O OLHAR DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

é o resultado da leitura da obra do escritor Alves Redol por antropólogos, historiadores, geógrafos, sociólogos, etnógrafos, folcloristas e outros cientistas sociais.

PARTICIPAM NESTE LIVRO

António Mota Redol, Luísa Tiago de Oliveira, Helena Neves, Cristina Santinho, Joana Alcântara, Inês Fonseca, Jorge Crespo, Paulo Dias Oliveira, Mariana Nascimento, Pedro Ferreira, Fernando Oliveira Baptista, Vítor Viçoso, David Santos, Luís Maçarico, Miguel Falcão, João Madeira, Maria Alice Samara, Carina Infante do Carmo, João Edral, António Monteiro Cardoso, Gaspar Martins Pereira, Shawn Parkhurst, Miguel Cardina, Paulo Mendes, Sónia Almeida, Domingos Morais, Filomena Sousa, João Monteiro Serrano e Paula Godinho.

PATROCÍNIOS

neorealismo

Museu do Neo-Realismo
Associação Promotora

APOIOS

CEHC IUL
Centro de Estudos de História Contemporânea
Instituto Universitário de Lisboa

IELT
Instituto de Estudos de Literatura Tradicional

FCSH Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

BAIÃO
vida natural

Município de Golegã
Capital do Cavalo

ISBN 978-989-689-440-5